

BALANÇA COMERCIAL VERSUS CRESCIMENTO ECONÔMICO DOS ESTADOS NORDESTINOS – 1980-2003¹

Agnaldo Gomes da Silva*
César Augusto Oviedo Tejada*
Eliane Aparecida Pereira de Abreu*
Ricardo Chaves Lima**

Resumo: Até 1993, o Nordeste apresentou saldo positivo em sua balança comercial. Dentro dos modelos macroeconômicos de determinação da renda, isso significa crescimento do produto da região. Porém, com o Plano Real, tal saldo se tornou negativo a partir de 1996, voltando a ser positivo somente a partir de 2003. Claro que isso é resultado de desempenhos individualizados dos estados. Estes, por sua vez, tiveram comportamentos muito diferentes entre si, em relação ao comércio exterior. O Maranhão evoluiu sobremaneira sua posição externa, ao passo que Alagoas e Pernambuco perderam muito em termos externos, com Pernambuco apresentando saldo negativo a partir e 1993, e que só fez aumentar a partir de então. Assim, tomando os dados dos estados do Nordeste e do Nordeste como região, pretende-se observar como se comportou o comércio exterior dessa região ao longo do período de 1980-2003. Além, disso, e com dados até 2002, tentar-se-á identificar como as variáveis de comércio exterior influenciaram o produto em cada um dos 9 estados.

Palavras-Chave: Exportações. Importações. Comércio exterior. PIB.

Classificação JEL: F43, O11, R11

¹ O presente trabalho é resultado de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. Agrademos a colaboração das estudantes Lívia Catão Barbosa e Marileide da Silva Roza, bolsistas da pesquisa.

* Professores do Departamento de Economia da Universidade Federal de Alagoas/UFAL.

** Professor do PIMES/UFPE.

Paulo Aguiar do Monte, Tarcísio Patrício de Araújo e Roberto Alves de Lima

Abstract: Until 1993, the Brazilian Northeast region showed a superavit in its foreign accounts. In the traditional macroeconomics models this means that the GDP of the region may be increasing. Nevertheless, with the “Real Plan”, since 1996 the commercial balance sheet is deficitary. It’s clear that position was a result of the external performance of the Northeast region states. Those states evolved unevenly in relation to their foreign accounts. The state of Maranhão got the best position during the last years, but, the states of Alagoas and Pernambuco had lost net external earnings. In the case of Pernambuco, the commercial deficit began in 1993 and has increased during the last years. So, taking annual data for the nine states of Brazilian Northeast region, this study will try to observe the relations between external variables like exports and imports, and the evolution of the GDP of the states.

Keywords: Exports. Imports. External commerce. PIB.

JEL Codes: F43, O11, R11

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a forma como as variáveis do comércio exterior influenciam os níveis de produto e renda das economias. Os maiores questionamentos têm sido feitos, de um lado, sobre o papel da concentração das exportações, seja por produto ou por destino, sobre a instabilidade das receitas das exportações que, obviamente, implicam em instabilidade dos níveis de produto; de outro lado, as ponderações são muito comuns na literatura sobre a influência das taxas de crescimento das exportações, assim como, do comportamento das importações, sobre a evolução do produto em uma determinada economia.

Os estados do Nordeste apresentaram bastante oscilação nas receitas das exportações nos últimos anos. Claro que isso é resultado de desempenhos individualizados dos estados que, por sua vez, tiveram comportamentos muito diferentes entre si, em relação ao comércio exterior. O Maranhão, evoluiu sobremaneira sua posição externa, ao passo que Alagoas e Pernambuco perderam muito em termos externos, com Pernambuco apresentando saldo negativo a partir e 1993, e que só fez aumentar a partir de então. Assim, tomando os dados dos estados do Nordeste e do Nordeste como

Primeiro emprego e reemprego: análise de inserção do desemprego no Brasil metropolitano região, pretende-se observar como se comportou o comércio exterior dessa região ao longo do período de 1980-2003. Além disso, e com dados até 2002, tentar-se-á identificar como as variáveis de comércio exterior influenciaram o produto em cada um dos 9 estados.

O que se espera, portanto, é tentar avançar um pouco mais nessa vasta discussão sobre o peso das variáveis externas no crescimento das economias. Para tanto, os dados foram levantados tanto na SUDENE (dados do PIB em dólares) – para o período de 1980-1985 – e IBGE, a partir de 1985. Quando se precisou usar os dados em termos reais, o índice usado como deflator foi o PPI – Producer Price Index, do Bureau of Labor Statistics, dos Estados Unidos.

Na primeira seção, faz-se um breve comentário sobre a metodologia de Thirlwall, entre exportações, importações e crescimento. Na seção seguinte, são apresentados e analisados vários dados sobre o comércio exterior do Nordeste, por estado. É nesta parte que algumas variáveis importantes, como os índices de concentração das exportações, são tratadas. Com base nos resultados desta segunda seção, e adicionando as estimações das elasticidades-renda das exportações e importações, por estados, procede-se à análise das principais relações entre exportações e crescimento. Esta seção termina com uma comparação entre os resultados encontrados e aquilo que prevê a Lei de Thirlwall. A última seção reúne algumas conclusões importantes.

2 EXPORTAÇÕES E CRESCIMENTO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DO LADO DA DEMANDA

Como ficará claro ao longo deste trabalho, a pauta de exportação dos estados nordestinos é, na sua maioria, bastante concentrada em poucos produtos, muitos deles, primários e, em alguns deles, como é o caso de Alagoas, a quase totalidade das exportações é representada por um único grupo de produtos. Essa falta de diversificação da pauta exportadora pode tornar os Estados

muito vulneráveis a mudanças na demanda externa, seja devido a fatores internos, como as variações cambiais, seja por fatores externos, provocados por crises de demanda nas economias importadoras de seus produtos. Isso pode comprometer o crescimento da renda dessas economias ao longo do tempo. Na próxima sub-seção, será apresentado o Modelo de Thirlwall, no qual o autor trata dos impactos da falta de diversificação na pauta exportadora sobre o crescimento das economias.

2.1 O Modelo de Thirlwall

A característica do setor externo como fator determinante do crescimento da renda Y_t , pelo lado da demanda é explicado por THIRLWALL² (1979), que estabelece uma forte relação entre exportações e produto, a partir, basicamente, do instrumental keynesiano de determinação da renda para uma economia aberta. Para ele, o comportamento do balanço de pagamentos de uma economia, especificamente, das exportações, poderia implicar em fortes restrições ao crescimento econômico. Para o autor, a explicação para as diferenças nas taxas de crescimento do produto entre as economias mundiais não estava no lado da oferta, como postulado pelas correntes clássica-neoclássicas, e sim, no lado da demanda, como postulado pela corrente keynesiana.

Para entender o modelo proposto por THIRLWALL (1979) considere o seguinte:

Sejam:

$X_t P_t = E_t P_{ft} M_t$ condição de equilíbrio do balanço de pagamentos (1.2.1)

$X_t = (P_t/P_{ft} E_t)^\eta (Y_t)^\theta$ função demanda por exportações (1.2.2)

$M_t = (P_{ft} E_t/P_t)^\gamma (Y_t)^\pi$ função demanda por importações (1.2.3)

Onde; P_t = índice de preços interno; E_t = taxa nominal de câmbio; P_{ft} = índice de preços externo; η = elasticidade-preço das

² Para uma análise mais aprofundada ver Silva, A.G. 2002

Primeiro emprego e reemprego: análise de inserção do desemprego no Brasil metropolitano exportações; θ = elasticidade-renda das exportações; γ = elasticidade-preço das importações; π = elasticidade-renda das importações.

Tomando Log de cada uma das equações acima e fazendo a variação com relação ao tempo, pode-se chegar, após algumas transformações algébricas, a:

$$y_t = [(1+\gamma + \gamma)(p_t - p_{ft} - e_t) + \theta y_{ft}] / \pi \quad (1.2.4)$$

Onde as variáveis em minúsculo representam taxas de crescimento das respectivas variáveis definidas acima.

Considerando a lei do preço único $E_t P_{ft} = P_t$, que reflete os preços externos em termos dos preços internos, ou seja, os dois preços devem ser iguais quando expressos em uma moeda comum e, fazendo-se a hipótese de que os preços relativos não mudem, e ainda, adotando-se os mesmos procedimentos aplicados às equações anteriores, tem-se:

$$p_t = e_t + p_{ft}. \quad (1.2.5)$$

Substituindo (1.2.5) em (1.2.4), tem-se:

$$y_t^* = x_t / \pi \quad (1.2.6)$$

Onde, y_t^* = taxa de crescimento do produto dada a restrição do balanço de pagamentos.

Ou seja, a taxa de crescimento da renda, compatível com a restrição do balanço de pagamentos, é igual à taxa de crescimento das exportações ponderada pela elasticidade-renda das importações.

Esta é a proposição fundamental a que chegou THIRLWALL (1979, 1980 e 1982), que nada mais é do que uma versão mais trabalhada do multiplicador do comércio de HARROD (1933). Isso fez com que a expressão (1.2.6) ficasse conhecida como lei de Harrod-Thirlwall.

2.2 Concentração e Crescimento das Exportações

Sabe-se que um país, estado ou região que apresentam estrutura de exportação pouco diversificada, dependente de poucos produtos, podem apresentar desequilíbrio no seu desempenho econômico, causado, basicamente, por mudanças no mercado importador de seus produtos, pois tal concentração gera instabilidade

nas receitas das exportações, conseqüentemente, na economia em questão.

Essa relação entre concentração e instabilidade das exportações é explicada por diversos autores da literatura econômica. MACBEAN (1966:41) diz que “a concentração de exportações em poucos produtos é a causa da instabilidade da economia”. Já Love (1979) diz que quanto mais concentrada as exportações em poucos países de destino, mais a economia estará sujeita a flutuações de demanda, o que pode implicar mudanças bruscas nas receitas de exportações.

Os resultados obtidos em estudos empíricos não são consensuais acerca da relação existente entre concentração geográfica e estabilidade nas exportações. Estudos feitos sobre concentração geográfica por autores como Coppock (1962), Massell (1964) e Macbean (1966) mostram que qualquer associação feita entre concentração geográfica e flutuação de exportação é negativa. Por outro lado, estudos de autores como Massell (1970), Naya (1973), Khalaf (1974) e Kingston (1976) dizem que a concentração geográfica é uma variável explicativa insignificante, embora positiva quando relacionada com a instabilidade das exportações.

Com respeito à concentração por produtos, Macbean (1966) notou que seus resultados coincidiam com de outros autores como Coppock (1962), Massell (1964), Michaely (1962) e concluiu que todas as análises de correlação se renderam a uma mesma resposta, ou seja, de que se existe alguma associação entre concentração por produto e flutuação das exportações, a mesma é muito fraca (MACBEAN, 1966). Esta conclusão é apoiada pelos resultados obtidos nos estudos subseqüentes, por Naya (1973) Khalaf (1974) e Kingston (1976). Somente Massell (1970) achou que a relação entre concentração por produto e instabilidade é significativa.

Tegegne (1991) diz que os resultados inconclusivos dos vários autores citados acima sobre a relação entre concentração por produto e instabilidade das receitas das exportações se devem ao fato de não se levar em conta os comportamentos individualizados de dois grupos de produtos: um representado pelo produto que tem o

Primeiro emprego e reemprego: análise de inserção do desemprego no Brasil metropolitano maior peso na pauta e o outro composto pelos demais produtos. Para o autor, se as flutuações dos dois grupos ocorrem em direções opostas, há uma compensação de movimentos, de forma que as receitas de exportações apresentam pouca flutuação e, conseqüentemente, pouca instabilidade. Mas, se as flutuações dos dois grupos se dão no mesmo sentido, a instabilidade das receitas de exportações será alta. Portanto, para que se obtenha resultados mais conclusivos é necessário observar o comportamento das exportações do maior grupo sobre sua tendência ao longo do tempo. De acordo com isso, se uma região apresentar um alto índice de concentração por produto, porém as receitas de exportações do principal produto forem estáveis, haverá pouca relação entre concentração e instabilidade. O autor, então, aplica essa metodologia para uma amostra de 29 países da África no período de 1960-1980, todos eles apresentando um alto índice de concentração por produto. Separa os países em dois grupos: um de 17 países, onde o principal produto de exportação em cada país apresentou grandes flutuações das receitas de exportações e o outro, onde as flutuações foram pequenas; estima um índice de instabilidade³ em função da contribuição do principal produto na pauta e do índice de concentração por produto. Chega à conclusão de que, no primeiro grupo, a concentração por produto foi uma variável importante na explicação da instabilidade, porém, no segundo grupo, a mesma não foi significativa. O autor também testou a instabilidade para a amostra total, de 29 países, chegando a resultados parecidos com aqueles apresentados pela maioria dos textos da literatura, ou seja, de que não havia relação entre concentração e instabilidade das exportações.

2.2.1 Coeficiente de Gini-Hirschman para o Cálculo da Concentração das Exportações

Como procedimentos para identificar a relação existente entre concentração da balança comercial e crescimento econômico, inicialmente apresentar-se-á o desempenho da balança comercial dos

³ Ver Tegegne (1991, p. 8).

estados nordestinos e da Região Nordeste como um todo. Nesse momento, será possível identificar os estados que tiveram melhoras, bem como aqueles nos quais o comércio exterior implicou em redução da demanda interna.

Em um segundo momento, utilizar-se-ão métodos específicos para calcular o grau de concentração por produto e destino. Um método para identificar se um país, região ou estado têm suas exportações concentradas em relação aos seus produtos constitui a utilização do coeficiente de Gini-Hirschman, calculado através da seguinte expressão:

$$ICP = 100 \sqrt{\sum_i^n \left(\frac{X_{ij}}{X_j} \right)^2}$$

Onde X_{ij} representa as exportações do bem i pelo país j , e X_j representa as exportações totais do país j . O valor desse índice está definido no intervalo entre 0 e 1. Nesse caso, para um país com índice de concentração por produto (ICP) elevado significa que o mesmo tem suas exportações concentradas em poucos produtos. Neste caso diz-se que o país estará sujeito a mudanças da demanda externa, ou seja, suas exportações estarão vulneráveis a mudanças externas. Por outro lado, um índice ICP baixo reflete maior diversificação de produto na pauta exportadora. Neste caso, argumenta-se que o país, estado ou região terão maior estabilidade nas receitas cambiais.

O grau de concentração por países de destino pode ser calculado de forma similar, através da seguinte expressão:

$$ICD = 100 \sqrt{\sum_i^n \left(\frac{X_{ij}}{X_i} \right)^2}$$

Onde X_{ij} representa as exportações do país i para o país j , e X_i são as exportações totais. Um índice de concentração por países de destino (ICD) alto significa que um número pequeno de países tem uma importância muito grande na sua pauta de exportações. Isso implica que qualquer choque de demanda que ocorra nesses países reflita diretamente nas receitas das exportações das regiões

Primeiro emprego e reemprego: análise de inserção do desemprego no Brasil metropolitano exportadoras. Por outro lado, um ICD baixo reflete uma participação mais equilibrada dos diversos mercados. Neste caso, diz-se que o país, estado ou região estarão menos sujeitos a flutuações nas receitas de exportações.

Para identificar a relação existente entre o comércio exterior e o crescimento das economias dos estados nordestinos será realizado o cálculo das elasticidades, bem como a adoção de modelos econométricos que permitem identificar a relação existente entre o PIB e sua taxa de crescimento e as variáveis referentes ao setor externo.

3 COMÉRCIO EXTERIOR DO NORDESTE: ESTRUTURA, GRAU DE ABERTURA E CONCENTRAÇÃO – UMA ANÁLISE DINÂMICA E COMPARATIVA DOS ESTADOS NORDESTINOS

3.1 Exportações e Importações: Estrutura, Pauta e Dinâmica

Como importantes variáveis na composição da demanda agregada em qualquer economia e, conseqüentemente, como variáveis de determinação da renda, as exportações e importações representam uma espécie de “teste de competitividade” de uma economia. Uma série de medidas de política econômica pode ser resultado, justamente, deste “teste de competitividade”.

Ao se observar as tabelas 01 e 02 a seguir, constata-se que o comportamento tanto das exportações como das importações e, conseqüentemente, do saldo comercial, tem sido irregular. Além disso, as exportações em alguns estados, especialmente em Alagoas e Pernambuco, têm perdido dinamismo, pois, o valor em dólares das mesmas vem seguindo uma tendência decrescente tomando como base o ano de 1980. Em dólares correntes, as exportações desses dois estados, em 2003, representavam 84,50% e 85,66%, respectivamente, das exportações de 1980 (tabela 01). Mesmo após a desvalorização do real em janeiro de 1999 – mudança do regime de bandas cambiais

(semi-fixo), para o regime de câmbio flutuante (dirty floating, ou “flutuação suja”) – o comportamento das exportações continuou bastante irregular. Vale ressaltar que estes também foram os dois únicos estados que tiveram um desempenho abaixo daquele do Nordeste que, no mesmo período, evoluiu suas exportações em 263,31%.

Alagoas e Pernambuco foram os dois estados que tiveram um desempenho crítico no período. Para todos os outros, o comportamento das exportações foi de regular a bom, com destaque para os Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará, cujas exportações, em 2003, representaram 6.264,17%, 565,64% e 487,07% daquelas de 1980, respectivamente. Estes também foram os dois únicos estados que tiveram um desempenho abaixo da média do Nordeste que, no mesmo período, evoluiu suas exportações em 263,31%.

Tabela 01 - Índice das Exportações dos Estados do Nordeste e Região Nordeste – 1980-2003 (1980=100)

Anos	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NE
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	98,6	115,9	110,8	104,1	126,3	106,9	114,9	112,1	1289,4	116,1
1982	46,0	96,6	99,7	60,5	75,6	57,7	90,3	86,6	1517,9	85,3
1983	56,1	137,8	106,0	136,2	102,9	58,9	93,1	77,2	219,8	102,2
1984	56,2	156,2	130,0	236,1	131,9	72,6	96,4	79,3	323,1	117,2
1985	44,3	147,0	138,3	700,2	100,5	54,6	104,8	77,7	275,4	108,9
1986	39,3	101,8	126,4	1377,9	100,1	52,6	91,1	50,9	155,3	87,2
1987	40,2	114,1	146,8	1886,6	80,9	52,5	151,3	87,4	234,3	98,6
1988	45,3	132,6	167,7	3822,7	112,6	72,9	223,7	109,4	314,3	125,9
1989	35,7	136,8	140,6	3891,5	138,9	67,4	201,0	128,7	253,0	124,1
1990	68,2	130,5	147,6	3747,8	110,4	83,5	180,9	161,8	345,2	131,0
1991	63,8	116,8	173,1	4036,5	117,8	70,2	223,5	146,1	238,8	123,3
1992	57,0	133,9	194,3	3619,5	124,1	73,5	220,4	132,9	409,6	130,9
1993	55,7	130,3	175,9	3917,3	146,9	72,1	359,8	148,1	231,9	129,9
1994	56,4	154,5	214,4	4874,8	175,7	77,7	299,6	158,0	306,8	151,0
1995	109,6	172,4	225,4	5684,7	180,7	119,8	374,5	144,3	202,9	182,8
1996	67,7	165,8	243,5	5770,2	217,1	71,1	348,5	172,8	505,5	166,2
1997	79,8	167,7	226,0	6304,8	182,6	77,7	345,8	170,4	358,0	170,8
1998	68,3	164,3	227,4	5384,6	113,6	75,6	328,3	185,4	282,0	160,4
1999	52,7	142,0	237,6	5613,6	131,6	55,5	274,3	210,4	198,4	144,7
2000	52,5	174,5	316,9	6420,4	162,9	59,2	353,6	272,2	268,9	173,5
2001	71,3	190,4	337,4	4609,1	221,2	69,9	223,8	341,7	187,7	180,4
2002	69,9	216,5	348,2	5523,9	247,1	66,7	268,3	407,3	339,8	200,5
2003	84,5	292,7	487,1	6264,2	353,7	85,7	327,6	565,5	350,7	263,3

O problema maior para os estados, inclusive o Nordeste como região, no entanto – e aqui não há exceções – foi que as importações também aumentaram significativamente, ou seja, se as exportações cresceram, as importações cresceram mais ainda. Pela tabela 0, vê-se que ao longo do período analisado, essas economias estaduais foram ficando cada vez mais dependentes de produtos importados.

O Rio Grande do Norte e o Maranhão, nesta ordem, foram os piores casos, cujos índices de importações em dólares correntes, foram de 2.475,84 e 2.456,63, com crescimento em dólares correntes de 2.375,84% e 2.356,63%, respectivamente. Em dólares reais (tomando como deflator o PPI americano), as taxas de crescimento foram de 1.062,46% e 2.103,00%, respectivamente (como já destacado, em termos reais, a análise é feita até 2002, para possibilitar a comparação com o PIB). A diferença básica entre estes dois estados é que o Maranhão apresentou uma variação muito grande em suas exportações, fato que não foi acompanhado pelo Rio Grande do Norte. Para todos os outros estados, inclusive Nordeste como região, os índices das importações estiveram, em geral, sempre acima dos índices das exportações, situação que, como pode ser visto na tabela 02, piorou muito nos primeiros anos da década de 90, especialmente, a partir do Plano Real, em 1994.

O resultado disso é um comportamento também irregular do saldo comercial. Com exceção dos estados de Alagoas e Piauí, em todos os outros, o saldo comercial se tornou negativo. A Paraíba, já a partir de 1992, apresentou saldo negativo, somente se recuperando em 2000. Ceará, Pernambuco e Sergipe, a partir de 1993, havendo recuperação do saldo do Ceará em 2002, que se tornou positivo. Os dois últimos, não conseguiram se recuperar. A pior situação foi a de Pernambuco, que apresentou os maiores saldos comerciais negativos. Isso foi resultado da combinação de dois fatores: aumento significativo das importações, que praticamente dobraram de 1992 para 1993, e perda de dinamismo das exportações que, como colocado acima, se reduziam paulatinamente. Mesmo aqueles estados

que apresentaram recorde de elevação das exportações, experimentaram saldo negativo no período, foi o caso do Maranhão, em 2001 e 2002, e do Rio Grande do Norte, de 1995 a 1997. Como conseqüência disso, o Nordeste passou a apresentar saldos negativos a partir de 1996, com tal situação perdurando até 2002. Ou seja, mesmo com a mudança no regime cambial, em janeiro de 1999, os estados nordestinos, que vinham apresentando problemas na balança comercial, levaram ao menos dois anos para reverter a situação, e dois deles, Pernambuco e Sergipe, não se recuperaram comercialmente.

Tabela 02 - Índice das Importações dos Estados do Nordeste e Região Nordeste – 1980-2003 (1980=100)

Anos	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NE
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	136,8	69,3	93,5	67,3	40,4	82,3	25,2	120,2	48,1	77,0
1982	80,9	74,0	93,8	116,6	33,7	57,5	10,0	51,5	17,4	71,7
1983	46,9	53,5	79,7	227,2	25,1	50,3	38,1	8,0	11,7	57,0
1984	58,9	42,4	61,5	161,8	50,4	58,0	42,7	21,7	61,1	50,8
1985	70,3	48,1	81,7	245,7	72,3	48,1	32,6	11,9	50,0	55,8
1986	50,4	58,1	83,5	253,1	56,3	70,2	102,0	73,7	99,4	67,0
1987	54,1	70,0	73,2	156,5	63,8	54,3	530,0	71,8	74,3	68,5
1988	71,2	88,1	51,7	197,6	53,2	43,9	72,6	124,7	91,4	76,2
1989	69,0	91,9	109,4	372,2	281,4	62,1	162,2	296,5	76,6	93,6
1990	91,8	109,8	101,1	377,4	281,0	71,9	231,1	321,5	145,1	108,0
1991	130,8	86,3	146,3	826,3	450,7	98,2	262,4	100,3	102,9	114,2
1992	86,0	70,5	212,1	550,5	512,8	80,1	222,1	163,3	89,3	99,2
1993	123,5	86,0	344,9	609,7	834,8	147,7	231,4	245,8	212,5	142,3
1994	187,4	103,2	464,7	645,9	1030,0	164,0	610,5	869,3	424,1	177,8
1995	267,5	168,2	575,1	727,3	1775,8	251,8	1256,4	1198,9	467,6	260,9
1996	286,2	177,6	723,2	1546,7	1525,2	259,3	1786,3	1491,5	850,6	301,9
1997	211,6	194,0	606,2	1533,0	1771,2	280,8	1774,1	1842,1	764,7	306,2
1998	126,7	181,3	538,7	1173,6	1272,3	290,4	970,1	1300,4	671,1	274,6
1999	93,1	177,9	509,8	1362,7	1058,2	233,1	464,6	1237,8	595,4	255,1
2000	99,7	272,2	638,2	1802,6	1239,2	296,7	577,5	1030,9	579,0	345,8
2001	97,9	276,2	554,3	3082,9	740,3	326,1	563,6	1302,7	624,7	370,4
2002	192,0	228,0	565,3	3216,3	652,1	267,4	465,9	1697,2	624,7	337,2
2003	74,3	235,7	480,7	2456,6	500,7	252,5	373,6	2475,8	595,7	313,1

Fonte: Cálculos realizados pelo Núcleo de Estudos Regionais - NERECO/Depto. de Economia/UFAL

Esse baixo dinamismo do setor externo é corroborado por outros estudos sobre a dinâmica do setor externo na economia nordestina. Fontenele e Melo (2003) ao realizarem uma análise para

Primeiro emprego e reemprego: análise de inserção do desemprego no Brasil metropolitano a Região Nordeste e Estados Nordestinos destacam os seguintes aspectos: a participação do comércio exterior nordestino no total da economia brasileira mantém-se estável no período de 1997-2001, sendo 91% das exportações respondidas por 25 produtos, acresce-se a isso o fato dos produtos serem caracterizados por baixa e média baixa intensidade tecnológica. Comportamento diferenciado com relação ao baixo grau de abertura é apresentado pelos estados do Maranhão e da Bahia, os quais apresentaram um grau de abertura superior a média.

Em uma análise específica para o estado de Pernambuco, Hidalgo e Mata (2004) apresentam como fatores que justificam o baixo desempenho da balança comercial do referido Estado no período 1996/2002: perda de competitividade para outros estados da Região Nordeste, barreiras não tarifárias dos países importadores, concentração da pauta em produtos primários e, por fim, a ausência de uma política de inserção no comércio internacional.

A tabela 03, a seguir, mostra outra característica importante do setor externo dos estados do Nordeste no período. Vê-se que houve uma mudança significativa na participação das exportações estaduais no total da região. Enquanto em 1980, os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Ceará respondiam, respectivamente, por 48,00%, 20,67%, 18,41% e 6,74%, totalizando quase 94%, em 2003, a Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte tinham, respectivamente, 53,36%, 12,46%, 12,11%, 6,72%, 5,91% e 5,08%, ou quase 96% do total da região. Isso deixa claro que houve perda de dinamismo do comércio nos estados de Alagoas e Pernambuco, com ganhos significativos do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte.

Tabela 03 - Participação das Exportações Estaduais no Total das Exportações do Nordeste – 1980-2003(%)

Anos	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NE
1980	18,41	48,00	6,74	0,51	2,05	20,67	0,77	2,37	0,48	100,00
1981	15,63	47,89	6,43	0,46	2,23	19,02	0,76	2,28	5,30	100,00
1982	9,93	54,34	7,87	0,36	1,82	13,97	0,82	2,40	8,49	100,00
1983	10,11	64,72	6,99	0,68	2,07	11,92	0,70	1,79	1,03	100,00
1984	8,83	64,00	7,47	1,03	2,31	12,81	0,64	1,60	1,32	100,00
1985	7,49	64,79	8,56	3,27	1,89	10,36	0,74	1,69	1,21	100,00
1986	8,29	56,03	9,76	8,05	2,36	12,47	0,81	1,38	0,85	100,00
1987	7,51	55,59	10,03	9,75	1,69	11,02	1,19	2,10	1,13	100,00
1988	6,63	50,52	8,97	15,45	1,84	11,97	1,37	2,06	1,19	100,00
1989	5,30	52,92	7,63	15,96	2,30	11,22	1,25	2,45	0,97	100,00
1990	9,59	47,82	7,59	14,86	1,73	13,18	1,07	2,92	1,26	100,00
1991	9,52	45,49	9,46	16,67	1,96	11,77	1,40	2,80	0,92	100,00
1992	8,02	49,14	10,00	14,08	1,95	11,61	1,30	2,40	1,49	100,00
1993	7,89	48,14	9,12	15,36	2,32	11,47	2,14	2,70	0,85	100,00
1994	6,88	49,12	9,56	16,44	2,39	10,64	1,53	2,48	0,97	100,00
1995	11,04	45,26	8,30	15,83	2,03	13,55	1,58	1,87	0,53	100,00
1996	7,50	47,89	9,87	17,68	2,68	8,85	1,62	2,46	1,45	100,00
1997	8,60	47,15	8,91	18,80	2,20	9,41	1,56	2,36	1,00	100,00
1998	7,84	49,17	9,55	17,09	1,45	9,74	1,58	2,73	0,84	100,00
1999	6,70	47,12	11,06	19,76	1,87	7,92	1,46	3,44	0,65	100,00
2000	5,57	48,28	12,30	18,84	1,93	7,06	1,57	3,71	0,74	100,00
2001	7,28	50,66	12,60	13,01	2,52	8,01	0,96	4,48	0,50	100,00
2002	6,42	51,81	11,69	14,02	2,53	6,88	1,03	4,81	0,81	100,00
2003	5,91	53,36	12,46	12,11	2,76	6,72	0,96	5,08	0,64	100,00

Fonte: Cálculos realizados pelo Núcleo de Estudos Regionais - NERECO/Depto. de Economia/UFAL

3.2 Dinamismo do Comércio Exterior dos Estados Nordestinos: Alguns Fatores Relevantes

Pela análise feita no item anterior, não resta dúvida de que houve pouco dinamismo do comércio exterior do Nordeste. Ao se observar a evolução das exportações, tabela 01, e, levando-se em consideração que o PPI (Producer Price Index) americano variou em 53,81% no período de 1980/2003, as exportações reais do Nordeste cresceram 71,19%, o que representa uma média geométrica anual de 2,37%. Por outro lado, suas importações reais cresceram 103,58%, ou uma taxa geométrica média anual de 3,14%, no mesmo período.

Uma das explicações para o pouco dinamismo das exportações juntamente com o comportamento das importações, passa pelo desempenho de cada estado. Assim, um aspecto de

Primeiro emprego e reemprego: análise de inserção do desemprego no Brasil metropolitano fundamental importância é a pauta de suas exportações. Utilizando o índice de Gini-Hirschmann, foram calculados os índices de concentração por produto para os mesmos, no período de 1989-2003. A tabela 04 mostra que houve melhoras expressivas, porém, ainda é significativamente elevada a concentração por produto (ICP) das exportações dos estados Nordestinos. Em Alagoas, por exemplo, o índice aumentou, na comparação de 1989 com 2003. No referido Estado, as exportações se concentraram no grupo açúcar e seus derivados, com percentuais beirando a casa dos 80% e, em dois anos, 1998 e 1999, ultrapassaram os 80%; em 2003, este percentual representou quase 94% das exportações totais do Estado. Mesmo estados como Maranhão e Sergipe, que junto com Alagoas, tinham os maiores ICP, reduziram consideravelmente os mesmos, porém, esses ainda são relativamente altos. Ou seja, a pauta basicamente se modificou muito pouco ao longo dos anos. Mais uma vez, o caso de Pernambuco chama atenção, pois, apesar de ter praticamente reduzido pela metade seu índice de concentração por produto entre 1989 e 2003, as exportações, como já visto, perdeu dinamismo.

Ao se fazer um paralelo com o comportamento da balança comercial de alguns estados, há fatores importantes a serem destacados, ao mesmo tempo em que explicam a perda de dinamismo do setor externo. Alagoas apresentou a pior concentração por produto e Pernambuco apresentou o pior saldo comercial, basicamente, a partir dos primeiros anos da década de 90. Estes dois estados têm uma característica comum: o grupo açúcar e derivados ainda representa o maior peso na pauta. Além disso, é uma commodity homogênea que pode ser substituída ao longo do tempo pela produção de açúcar da Europa e África, entre outros. Isso pode implicar em perda de receita ao longo do tempo, o que pode comprometer sobremaneira, não apenas o próprio setor, como as economias desses estados, principalmente, de Alagoas. Já o estado do Maranhão, que apresentava o segundo pior índice de concentração em 1989, ou 82,18%, também apresenta uma commodity homogênea, alumínio e suas obras. No entanto, o estado chegou a 2003, com 5 produtos importantes em sua pauta, com alumínio e suas

obras representando, praticamente, metade do percentual de 1989, ou seja, 41,60%. Além disso, é de se observar que o valor agregado do alumínio é maior no mercado internacional do que o do açúcar, como também, é um grupo de produto que não é substituído com facilidade, implicando que tanto as elasticidades-preço da demanda de curto e de longo prazo devem ser maiores que as do grupo açúcar e derivados, já que este produto, além de mais fácil substituição no curto prazo, pode ter substitutos consideráveis a longo prazo, tanto em termos de novas produções de açúcar de cana como de outros tipos de açúcares.

O estado de Sergipe, que tinha suas exportações concentradas em preparações de produtos hortícolas e de frutas, com um percentual de 85,31% em 1989, chegou a 2003 com uma participação desses produtos no total da pauta de 54,39%.

Por estes dados, fica claro que um dos grandes problemas enfrentados pelos estados do Nordeste, com poucas exceções, em seu comércio exterior foi a falta de diversificação da pauta exportadora. Esta talvez seja a principal explicação para a grande perda de importância de Alagoas no cenário exportador nordestino. Os dados que foram apresentados para este Estado, ou seja, a queda de participação de 18%, em 1980, para algo na casa de 6%, em 2003, são resultados dessa falta de diversificação. Isso também justifica o fato de as exportações reais de Alagoas representarem, em 2002, apenas, 54,94% daquelas de 1980.

**Tabela 04 - Índices de Concentração por Produto
1989-2003(%)**

Estados	1989	1994	1999	2003
Alagoas	75,97	59,77	82,45	77,93
Bahia	33,45	29,95	28,97	31,14
Ceará	47,22	38,62	41,48	37,51
Maranhão	82,18	75,25	68,54	50,84
Paraíba	58,80	46,68	37,02	42,65
Pernambuco	61,27	54,02	42,87	33,76
Piauí	52,28	48,50	45,50	37,96
Rio Grande do Norte	45,20	53,45	49,42	46,46
Sergipe	85,38	75,01	53,36	57,01

Fonte: Cálculos realizados pelo Núcleo de Estudos Regionais - NERECO/Depto. de Economia/UFAL

É claro que tal quadro implica em perda de dinamismo das economias, mesmo que, isoladamente, o setor exportador, dentro de cada delas, possa experimentar crescimento significativo.

Essa perda de dinamismo também pode ser vista pelos dados da tabela 05, que mostra os coeficientes de abertura para os estados do Nordeste e do próprio Nordeste como região, para o período de 1980-2002. Pode-se observar que apenas o estado do Maranhão evoluiu significativamente esse índice, porém, mesmo assim, ainda é baixo para os padrões modernos de economias abertas. De um modo geral, todos os estados inclusive o Nordeste como um todo, têm um índice de abertura muito baixo, caracterizando a região como fechada. Aqui, também, é de se destacar que Alagoas e Pernambuco perderam muito em termos de volume de transações com outras economias, pois foi nesses dois estados onde houve reduções do índice.

Tabela 05 - Estados do Nordeste e Região Nordeste: Coeficientes de Abertura, 1980-2002

Ano	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NE
1980	0,30	0,17	0,07	0,02	0,03	0,13	0,02	0,04	0,02	0,12
1981	0,22	0,15	0,06	0,01	0,03	0,11	0,02	0,04	0,10	0,11
1982	0,10	0,12	0,05	0,01	0,02	0,06	0,01	0,02	0,10	0,08
1983	0,15	0,18	0,07	0,04	0,03	0,09	0,02	0,03	0,02	0,11
1984	0,15	0,18	0,06	0,03	0,04	0,10	0,02	0,02	0,03	0,11
1985	0,11	0,17	0,07	0,07	0,03	0,07	0,02	0,02	0,02	0,11
1986	0,09	0,11	0,05	0,08	0,02	0,07	0,01	0,01	0,02	0,08
1987	0,08	0,12	0,05	0,09	0,02	0,05	0,02	0,02	0,02	0,09
1988	0,09	0,12	0,04	0,12	0,02	0,05	0,02	0,02	0,02	0,10
1989	0,05	0,09	0,03	0,09	0,02	0,04	0,01	0,02	0,01	0,08
1990	0,08	0,09	0,03	0,09	0,02	0,04	0,01	0,02	0,02	0,08
1991	0,10	0,10	0,04	0,12	0,03	0,06	0,02	0,02	0,02	0,08
1992	0,08	0,11	0,06	0,11	0,03	0,06	0,02	0,02	0,02	0,09
1993	0,09	0,10	0,06	0,11	0,04	0,07	0,03	0,02	0,02	0,09
1994	0,07	0,09	0,06	0,10	0,04	0,06	0,02	0,02	0,03	0,09
1995	0,11	0,10	0,05	0,09	0,04	0,07	0,02	0,02	0,02	0,09
1996	0,07	0,09	0,06	0,10	0,03	0,05	0,02	0,02	0,04	0,08
1997	0,07	0,09	0,05	0,10	0,03	0,06	0,02	0,03	0,04	0,08
1998	0,05	0,08	0,05	0,08	0,03	0,06	0,02	0,02	0,03	0,07
1999	0,08	0,13	0,09	0,24	0,04	0,07	0,02	0,05	0,04	0,10
2000	0,08	0,16	0,11	0,25	0,05	0,08	0,03	0,04	0,04	0,11
2001	0,11	0,20	0,13	0,31	0,04	0,10	0,02	0,07	0,04	0,14
2002	0,14	0,20	0,14	0,39	0,05	0,09	0,03	0,09	0,04	0,15

Fonte: Cálculos realizados pelo Núcleo de Estudos Regionais - NERECO/Depto. de Economia/UFAL

4 EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES, CRESCIMENTO E ELASTICIDADES: UMA ANÁLISE COMPARADA PARA OS ESTADOS DO NORDESTE

Utilizando as funções exportações e importações – descrita no modelo de THIRLWALL (1979), apresentadas em páginas anteriores – e ajustando um modelo log-linear para as mesmas, em todos os estados do Nordeste, encontramos os resultados constantes das tabelas 06 e 07.

Pelos resultados vê-se que apenas para os Estados de Maranhão e do Rio Grande do Norte, as elasticidades-renda das exportações foram significativas e maiores que 1. Isso está totalmente de acordo com a análise feita sobre a evolução das exportações, visto que foram estas duas economias que apresentaram os melhores desempenhos. Além disso, como já destacado (tabela 04), o Maranhão reduziu sua concentração de um nível de 82,18%, em 1989, para 50,84%, em 2003. No outro extremo, estão Alagoas e Pernambuco, os dois estados que tiveram os piores desempenhos, nesta ordem. Para Alagoas, além de não significativa, a renda externa atuou em sentido contrário ao esperado pela teoria econômica. Isso também aconteceu com Pernambuco e Sergipe, porém, nestes dois últimos casos, os parâmetros foram significativos⁴. Para os demais estados, os parâmetros foram positivos e significativos, porém, menores do que 1. Ou seja, com exceção dos estados do Maranhão e do Rio Grande do Norte, as exportações são pouco sensíveis às variações na renda externa. Com relação à taxa de câmbio real, os resultados foram significativos apenas para os estados do Ceará, Maranhão e Piauí, porém, para o Ceará, o resultado foi contrário ao esperado. Mais uma vez, para o Maranhão, a taxa de câmbio foi de grande importância no aumento das exportações e de relativa importância para o Piauí. No caso do Maranhão, segundo Galvão e Vergolino (2004), estas respostas, ou o excelente desempenho das exportações do Estado, podem estar associados, aos investimentos realizados na indústria de alumínio, e de ferro-gusa; ao melhoramento da infra-estrutura de transporte ferroviário, necessária à exploração de minérios de ferro da jazida localizada no Pará e escoada através do porto da ilha da Madeira, e a construção de uma linha especial de energia elétrica para suprir as necessidades do complexo industrial de alumínio implantado no Estado. Nos demais estados, as variações cambiais não foram decisivas para a elevação das exportações.

⁴ Tanto para as exportações como para as importações, os testes foram feitos utilizando-se os dados da OCDE, porém os resultados não foram diferentes.

Tabela 06 - Modelo Log – Linear das Exportações em Função do PIB/EUA e da Taxa de Câmbio Efetiva Real – IPA-OG – exportações (Brasil)

ESTADOS	VALORES ESTIMADOS			TESTES						R ²
	COEFICIENTES			ESTATÍSTICAS t			NÍVEIS DE SIGNIFICÂNCIA (%)			
	Const.	PIB/ EUA (Y _n)	R _t	Const.	PIB/ EUA (Y _n)	R _t	Const.	PIB/ EUA (Y _n)	R _t	
Alagoas	7,0587	-0,3881	-0,2859	2,4107	-1,5069	-0,6153	0,0256	0,1475	0,5453	0,1044
Bahia	3,2175	0,2051	0,1033	2,5079	1,8179	0,5073	0,0208	0,0841	0,6175	0,1538
Ceará	-1,0355	0,9511	0,2603	-1,1691	12,2087	1,8517	0,2561	0,0000	0,0789	0,9009
Maranhão	-1,4989	3,6547	-2,2995	-0,2171	6,0176	-2,0980	0,8303	0,0000	0,0488	0,7544
Paraíba	3,1287	0,3712	-0,0864	1,4829	2,0005	-0,2580	0,1537	0,0592	0,7990	0,2477
Pernambuco	9,3918	-0,6077	-0,5284	4,7693	-3,5086	-1,6906	0,0001	0,0022	0,1064	0,3823
Piauí	5,9005	0,7755	-1,1203	2,6170	3,9104	-3,1304	0,0165	0,0009	0,0052	0,7320
R.G.Norte	-1,2532	1,0859	0,0928	-0,4732	4,6615	0,2207	0,6412	0,0002	0,8276	0,5949
Sergipe	17,6793	-1,2546	-1,3536	3,2718	-2,6399	-1,5783	0,0038	0,0157	0,1302	0,2591

Fonte: Cálculos realizados pelo Núcleo de Estudos Regionais - NERECO/Depto. de Economia/UFAL

A tabela 07 deixa clara a dependência dos estados do Nordeste de bens importados. Além disso, as mesmas têm evoluído significativamente ao longo do tempo (tabela 02).

Dentro do modelo de crescimento com restrição do balanço de pagamentos de THIRLWALL (1979), as importações têm papel decisivo no fluxo de pagamentos e de circulação da renda. Uma pauta de importações com peso dos produtos industrializados significa que o estado ou região, à medida em que seu produto interno cresce, tem que aumentar suas importações que, como será visto na parte relativa ao crescimento, neste trabalho, normalmente, crescem mais do que o crescimento do produto. Ou seja, têm elasticidade-renda maior do que 1. Todos os estados do Nordeste se enquadram totalmente neste contexto. Para estes estados, além da elevada dependência de bens importados, as importações são de produtos industrializados - manufaturados e semimanufaturados - que têm um valor agregado relativamente alto. Além disso, a dependência tem aumentado muito, se intensificando ainda mais a

Primeiro emprego e reemprego: análise de inserção do desemprego no Brasil metropolitano partir do começo da década de 90, com o Plano Real, que barateou sobremaneira os bens importados.

Vê-se que todos os estados do Nordeste apresentaram elasticidades-renda das importações maiores que 1, como já era prevista pela teoria macroeconômica. As piores situações são Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte, nesta ordem. Portanto, se o produto interno cresce nesses estados, as importações crescem mais ainda. Isso gera “vazamentos” de renda para aquelas economias onde os produtos importados têm origem, assim, se por um lado as importações são resultado do crescimento do produto, de outro, implicam em perda de ritmo de crescimento, em função dos “vazamentos” de renda que provocam.

Tabela 07 - Modelo Log – Linear das Importações em Função do PIB Estadual e da Taxa de Câmbio Efetiva Real – IPA-OG – Exportações (Brasil)

ESTADOS	VALORES ESTIMADOS			TESTES						
	COEFICIENTES			ESTATÍSTICAS t			NÍVEIS DE SIGNIFICÂNCIA (%)			R ²
	Const.	PIB _t	R _t	Const.	PIB _t	R _t	Const.	PIB _t	R _t	
Alagoas	-0,3442	1,0753	-0,1239	-0,0593	2,1204	-0,1493	0,9532	0,0466	0,8827	0,4447
Bahia	-14,2550	2,1952	1,8626	-2,7473	4,9776	2,4833	0,0124	0,0000	0,0220	0,6531
Ceará	-16,0350	2,5155	2,0127	-2,9185	6,7555	2,2269	0,0085	0,0000	0,0376	0,7966
Maranhão	-8,0120	2,2361	0,7325	-0,7074	2,6564	0,4079	0,4875	0,0151	0,6877	0,4646
Paraíba	-18,5334	3,6655	1,3275	-2,0002	5,8468	0,8822	0,0592	0,0000	0,3881	0,8265
Pernambuco	-16,6044	2,2686	2,3359	-3,2096	6,0444	2,8380	0,0044	0,0000	0,0102	0,7275
Piauí	-13,5385	2,9835	0,9514	-1,1727	3,8502	0,4977	0,2547	0,0001	0,6245	0,6484
R.G.Norte	-32,7358	5,0904	2,9562	-3,4908	7,5455	1,9896	0,0023	0,0000	0,0605	0,8589
Sergipe	-29,9987	4,8573	2,4149	-3,2462	6,0769	1,8326	0,0004	0,0000	0,0818	0,7665

Fonte: Cálculos realizados pelo Núcleo de Estudos Regionais - NERECO/Depto. de Economia/UFAL

Thirlwall (1979 e 1982) coloca com bastante clareza que aquelas regiões ou estados cuja dependência de bens importados fosse significativa poderiam ter problemas de crescimento. Seria preciso então, diversificar e dinamizar setores importantes da economia, fornecedores principalmente, de insumos e bens de capital. Para o autor, economias que aumentam suas exportações, mas, ao mesmo tempo, aumentam proporcionalmente suas importações, tendem a ter severas restrições ao crescimento, pois os

efeitos multiplicadores da renda e do emprego ficariam comprometidos.

Além disso, ao se analisar as elasticidades-renda das exportações, pode-se dizer que para cada aumento na renda do PIB dos estados nordestinos, exceto o Maranhão, ocorre um aumento mais que proporcional das importações, ao passo que, para cada aumento na renda externa, há um aumento menos que proporcional das exportações. Isso, como foi discutido, limita o crescimento econômico. É isso que se chama restrição do balanço de pagamentos ao crescimento econômico. Não é por acaso que os estados do nordeste que vêm apresentando as maiores taxas de dependência de produtos industrializados importados, apresentaram as menores taxas (médias) de crescimento no período analisado neste trabalho.

A tabela 08 dá uma indicação desse efeito. Pode-se ver, por exemplo, que Alagoas foi o Estado menos dinâmico de 1980 a 2002. Primeiro, foi o que apresentou a menor taxa média de crescimento anual (média geométrica), pouco menos de 1%; um desempenho muito ruim das exportações, que apresentaram uma taxa média de variação anual de -3,29%, ou seja, a segunda menor taxa média de variação (negativa) das exportações, só ficando a frente de Pernambuco, que teve uma taxa média anual de variação das exportações negativa em 3,50%.

Dá para se observar da tabela 08 que os estados que apresentaram as maiores taxas de crescimento das exportações, de um modo geral, também apresentaram as maiores taxas de crescimento, tanto do produto como das importações. Os casos de Alagoas e Pernambuco chamam a atenção pelas taxas médias negativas de crescimento das exportações, porém, a média de crescimento do produto foi menor em Alagoas do que em Pernambuco, uma das explicações para isso está no fato de Pernambuco ter uma economia muito mais dinâmica do que Alagoas, de forma a sentir menos os impactos negativos do comércio exterior. Já o Maranhão foi o estado que apresentou uma taxa média de crescimento das exportações muito superior a dos demais estados, suas importações também cresceram bem mais do que a dos outros

Primeiro emprego e reemprego: análise de inserção do desemprego no Brasil metropolitano estados, sua taxa de crescimento médio do produto, no entanto, não foi compatível com o crescimento das exportações. Uma das explicações para isso está no fato de que os produtos exportados pelo Maranhão não têm origem, necessariamente, no estado, sendo, portanto, receita de estados vizinhos, principalmente, do Pará, isso implica em que uma parte das receitas dos “tradables” vai para esses estados.

Tabela 08 - Estados do Nordeste: taxas médias anuais de crescimento do PIB, das exportações e das importações, 1980-2002, (%) em dólares reais de 1980 (base 1980=100)

ESTADOS	PIB	Exportações	Importações
Alagoas	0,97	-3,29	1,25
Bahia	1,18	1,81	2,05
Ceará	1,53	4,03	6,35
Maranhão	1,18	17,96	15,09
Paraíba	2,12	2,42	7,04
Pernambuco	1,35	-3,50	2,79
Piauí	1,38	2,80	5,42
Rio Grande do Norte	2,22	4,77	11,80
Sergipe	2,51	3,91	6,83

Fonte: Cálculos realizados pelo Núcleo de Estudos Regionais - NERECO/Depto. de Economia/UFAL

Para tentar tornar mais claras as relações acima, ou seja, para saber até que ponto as exportações determinam o produto dos estados nordestinos, aplicamos um modelo log-linear do PIB dos estados sendo determinado pelas exportações. Os resultados encontram-se na tabela 09.

Como se vê, os resultados foram significativos para os Estados do Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, com destaque para o Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará, nesta ordem, pois, foram os que apresentaram os melhores desempenhos no período (tabela 01). A exceção aqui foi Sergipe que, apesar das exportações terem evoluído razoavelmente, os resultados mostram que as mesmas não foram estatisticamente significativas na determinação do PIB.

Tabela 09 - Modelo Log-Linear do PIB dos Estados do Nordeste em Função de suas Exportações

ESTADOS	VALORES ESTIMADOS		TESTES				R ²
	COEFICIENTE		ESTATÍSTICA t		NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA		
	Constante	X	Constante	X	Constante	X	
Alagoas	13,3540	0,1044	5,6760	0,5410	0,0000	0,5935	0,1379
Bahia	12,2743	0,3005	1,9792	0,6797	0,0610	0,5041	0,0210
Ceará	4,3883	0,9092	1,4502	3,6921	0,1618	0,0013	0,3936
Maranhão	13,0804	0,1407	26,2609	3,4204	0,0000	0,0026	0,3578
Paraíba	6,9555	0,7177	1,9720	2,2012	0,0619	0,0390	0,1875
Pernambuco	17,7823	-0,1470	4,4561	-0,4606	0,0002	0,6498	0,0100
Piauí	6,3134	0,7675	5,0114	6,2350	0,0000	0,0000	0,6493
R.G.Norte	8,4495	0,5677	5,1467	3,8020	0,0000	0,0001	0,4077
Sergipe	15,4410	-0,0928	16,1021	-0,9863	0,0000	0,3352	0,0443

Fonte: Cálculos realizados pelo Núcleo de Estudos Regionais - NERECO/Depto. de Economia/UFAL

Além disso, para verificar a relação entre as taxas de crescimento das exportações e as taxas de crescimento do PIB (equação 1.2.6), comparamos as mesmas, com o crescimento das exportações sendo ponderado pelas elasticidades-renda das importações. Os resultados estão na tabela 10.

Vê-se que apenas para o estado do Ceará houve uma aproximação da taxa de crescimento observada com aquela compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos (BP).

Tabela 10 - Cálculo das Taxas de Crescimento Consistentes com a Restrição do Balanço de Pagamentos (1980-2002) (Dados em dólares reais de 1980) (Thirlwall, 1979)

Estados	Crescimento do PIB (%)	Crescimento das Exportações (%)	Elasticidade -Renda das Importações (Tabela 07)	Taxa de crescimento de equilíbrio compatível com o BP (equação 1.2.6) (%)
Alagoas	0,97	-3,29	1,0753	-3,06
Bahia	1,18	1,81	2,1952	0,82
Ceará	1,53	4,03	2,5155	1,60
Maranhão	1,18	17,96	2,2361	8,03
Paraíba	2,12	2,42	3,6655	0,66
Pernambuco	1,35	-3,50	2,2686	-1,54
Piauí	1,38	2,80	2,9835	0,94
Rio G. do Norte	2,22	4,77	5,0904	0,94
Sergipe	2,51	3,91	4,8573	0,81

Fonte: Cálculos realizados pelo Núcleo de Estudos Regionais - NERECO/Depto. de Economia/UFAL

5 CONCLUSÕES

Pelo que foi desenvolvido neste trabalho pode-se constatar que os estados nordestinos evoluíram relativamente pouco em relação ao comércio exterior. Em praticamente todos eles, as exportações são muito concentradas em poucos produtos, com a pior situação sendo observada na estado de Alagoas que, ao longo do período estudado, foi o único estado que não conseguiu reduzir o índice de concentração por produto. Segundo a literatura, quando isso acontece, o estado ou a região tendem a apresentar problemas e instabilidade das receitas dos exportáveis e, conseqüentemente, problemas de crescimento da renda e do emprego. Essas exportações, por sua vez, em 6 estados responderam positivamente a variações na renda externa, de forma que as elasticidades-renda das exportações foram, com exceção do Estado do Maranhão, muito baixas. No entanto, em Alagoas, a variável renda externa não foi importante na

determinação das exportações, além de ter efeito contrário, e em Pernambuco e Sergipe os resultados foram significativos, porém o efeito foi contrário ao esperado. Já com relação à taxa real de câmbio, em apenas três estados, Ceará, Maranhão e Piauí, as exportações responderam positivamente às variações cambiais.

Além disso, se observou que as importações se apresentaram muito rígidas, pelo fato de estarem concentradas em insumos básicos e bens de produção, ao mesmo tempo em que as mesmas se mostraram muito sensíveis às variações na renda interna em cada estado, ou seja, apresentaram elasticidades-renda muito elevadas.

Essas elasticidades-renda para os estados do Nordeste, com exceção do Maranhão, implicam que à medida em que o produto interno dessas economias cresce, as importações crescem numa taxa maior do que aquela do produto. Por outro lado, a medida em que o produto externo cresce, as exportações crescem numa taxa menor. Isso traz serias conseqüências para o crescimento da renda, ou seja, impõe uma restrição de balanço de pagamentos ao crescimento da renda.

Foi este último fato que ficou relativamente claro nos estados, ou seja, aquelas que cresceram mais foram os que apresentaram os melhores desempenhos em termos de evolução das exportações, de forma que em 5 deles as exportações foram estatisticamente significativas na determinação do PIB dessas economias (tabela 09), porém, a relação desenvolvida por THIRLWALL (1979 e 1980), de que a taxa de crescimento do produto seria dada pela taxa de crescimento das exportações ponderada pela elasticidade-renda das importações somente se verificou (se aproximou) para o estado do Ceará.

Portanto, como previsto na literatura, as exportações são importantes na determinação do crescimento do produto à medida em que as mesmas vão assumindo dinâmica e peso na renda da região. Como a tabela 09 deixou claro, os estados onde as exportações assumiram importância estatística na determinação do produto foram, com raras exceções, aqueles que apresentaram os maiores índices de evolução das exportações no período estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASKARI, H. e WEIL, G. Stability of Export Earnings of Developing Nations. **Journal of Development Studies**, v. 11, p. 86-90, 1974.

ATESOGLU, H.S. “Balance-of-Payments-Constrained Growth”. **Journal of Post Keynesian Economics**. Summer /93. 15: 507-514, 1993.

_____. “Balance-of-Payments-Constrained Growth Model and its Implications for the United States”. **Journal of Post Keynesian Economics**. Spring/97. 19: 327-335, 1997.

BAIRAM, E.I. “Balance of Payments, the Harrod Foreign Trade Multiplier and Economic Growth: the European and North American Experience, 1970-85”. **Applied Economics**. 20: 1635-1642, 1988.

_____. “Levels of Economic Development and Appropriate Specification of the Harrod Foreign-Trade Multiplier”. **Journal of Post Keynesian Economics**. Spring/97. 19: 337-344, 1997.

CAMPOS, A. C. e ATIENZI, P.F.F. A Importância das Elasticidades-Renda das Importações e das Exportações para o Crescimento Econômico: uma aplicação do modelo de Thirlwall ao Caso brasileiro. **Texto de dois doutorandos em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná**. UFPR, 2003.

CASTRO, A.S. e CAVALCANTI, M.A.F.H. “Cenários para a Balança Comercial Brasileira – 1998/2002”. In: **A Economia Brasileira em Perspectiva**. IPEA, 1998.

FONTENELE, A.M. e MELO, M.C.P. Exportações: Nordeste do Brasil: uma análise sob a ótica do dinamismo da demanda mundial e especificidades da pauta regional. **Revista Brasileira do Comércio Exterior**, ano XVII, n.74, p. 42-55, Março/2003.

Paulo Aguiar do Monte, Tarcísio Patrício de Araújo e Roberto Alves de Lima

FONSECA, R.G. Agregação de valor à produção exportável. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n.72, p. 50-52, jul-set/2002.

GALVÃO, O.J.A. e VERGOLINO, José Raimundo: **O Comércio e a Inserção Competitiva do Nordeste no Exterior e no Brasil**, BNB, 2004.

HIDALGO, A.B. e GONÇALVES DA MATA, D.F.P. Exportações do Estado de Pernambuco: Concentração, mudança na estrutura e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, v.35, p. 264-283, abril-junho/2004.

KHALAF, N.G. Country Size and Trade Concentration. **Journal of Development Studies**, v. 11, p. 82-85, 1974.

KALDOR, N. “The Case For Regional Policies”. **Scottish Journal of Political Economy**, Vol. XVII n. 3, November, 1970.

LOVE, J. Trade Concentration and Export Instability. **The Journal of Development Studies**, v.15, n.03, p. 60-69, 1979.

NETO, M.A. Desenvolvimento do Nordeste: Um Estudo das Fontes Impulsionadoras do Crescimento de 1970 a 1985, Recife, 1995 (**Dissertação de Mestrado**).

MASSEL, B.F. Export Instability and Economic Structure. **The American Economic Review**, v.60, p. 622-630, 1970.

PEREIRA, L.V. e FILHO, G.T.F. Exportações de Serviços: desafios básicos para a política de comércio exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n.72, p. 56-61, jul-set/2002.

SILVA, A.G., VERGOLINO, J.R.O. e LIMA, R.C. “**A Lei de Thirlwall e a Economia Brasileira: Uma Breve Consideração**”. Texto para Discussão n. 440, 04/2000. PIMES/UFPE.

Primeiro emprego e reemprego: análise de inserção do desemprego no Brasil metropolitano
SILVA, A.G. Relações de longo prazo entre PIB, Exportações e Taxas de Câmbio na Economia Brasileira, no período 1980-2000: Uma Análise de Vetores Autorregressivos, Recife, 2002. **(Tese de Doutorado)**.

SILVA, A.G. e TEJADA, C.A.O. O Pass-Through das Variações da Taxa de Câmbio para os Preços dos Principais Produtos Exportados pelo Brasil. In: **Anais do X Encontro Regional de Economia/ANPEC/NE**, Fortaleza, 2005.

SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste): **Boletim Conjuntural**, Vários anos. Recife.

TEGEGNE, A. Commodity Concentration and Export Earnings Instability: Evidence from African Countries. **U.S. Economia Research Service**, Department Of Agriculture, Washington, D.C, 1991.

THIRLWALL, A.P. Regional Problems are “Balance of Payments” Problems. **Regional Studies**, v.14, p. 419-425, 1980.

_____. The Balance of Payments Constraint as an Explanation of International Growth Rate Differences. **Banca Nazionale Del Lavoro Quarterly Review**. 128: 45-53, 1979.